

O IMPACTO DA DESIGUALDADE SOCIAL E OS ENTRAVES DA PANDEMIA DE COVID-19 PARA O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR POR MEIO DO ENEM

Letícia F. M., MORELLI

Pontifícia Universidade Católica do Paraná/PUCPR

INTRODUÇÃO

Desde 2020, a pandemia da Covid-19 tornou-se o maior desafio internacional do século XXI. Ela trouxe uma crise não apenas sanitária, mas social e multifatorial. Na educação, a suspensão das aulas presenciais foi o principal impacto da pandemia. O processo de adequação ao sistema das aulas remotas, por sua vez, revelou problemas sistêmicos que o objetivo da presente pesquisa se propõe a analisar: de que forma a desigualdade social e o ensino remoto na pandemia prejudicaram a preparação dos estudantes para o Enem, principal exame de ingresso às universidades no Brasil. Mesmo antes da crise econômica provocada pela pandemia, a pesquisa Tic Domicílios (2020) revelou que mais de 99% dos estudantes com renda familiar de três a dez salários-mínimos acessavam a internet; enquanto apenas 68% dos demais, com renda até um salário-mínimo, possuíam conexão em seus domicílios. Além disso, o relatório ‘Juventudes e Pandemia’, elaborado pelo Conselho Nacional da Juventude (2021), apontou que 56% dos jovens que evadiram a escola em 2021 trancaram ou cancelaram sua matrícula depois do início da pandemia. A dificuldade de acesso e a desmotivação com as aulas remotas foram os fatores que mais afastaram os estudantes mais jovens das escolas, enquanto os mais velhos saíram da escola por problemas financeiros e pela necessidade de trabalhar durante o horário das aulas. Considerando o objetivo de pesquisa, os recursos metodológicos adotados foram a análise de dados secundários e a compreensão do marco teórico sobre educação, desigualdade social e políticas públicas. O marco teórico de referência parte da leitura de artigos publicados por BERNHEIM (2008), BONETTI (2007), BOURDIEU (1986;2014), CATANI (2008), CHAÚÍ (2008), LIMA (2015), SILVEIRA (2013) e SOBRINHO (2008) nas plataformas Scielo e Sucupira. A partir da análise dos dados secundários, foi possível inferir que a desigualdade social e o ensino remoto na pandemia

prejudicaram a preparação dos estudantes para o Enem nos seguintes aspectos: segundo estimativa do Pisa (2020), enquanto os países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm, em média, praticamente um computador para cada estudante de 15 anos, o Brasil tem apenas um computador para cada quatro estudantes nas escolas. Além disso, constatou-se que os estudantes sem acesso a computadores ou conexão adequada de internet perderam, em média, 90 pontos na redação. Portanto, 19,6% dos cinco milhões de candidatos do Enem têm, estatisticamente, mais chances de perder uma vaga no Sisu ou no Fies pela falta de acesso a um recurso essencial aos estudos: a internet. Esses programas de financiamento estudantil alteraram suas regras desde 2021, exigindo uma média mínima de 400 pontos para os candidatos. Nesse sentido, o próprio MEC estima que cerca de 10% dos inscritos no último processo de 2020 não atingiram o desempenho mínimo exigido na redação. Porém, "valorizar o mérito" dos estudantes é, nesse caso, sinônimo de abandonar os 10% de estudantes pobres (com renda de até três salários-mínimos) fora da universidade, pois os mesmos que não atingiram o desempenho no Enem exigido para o Fies. Enquanto um a cada quatro estudantes com melhores condições socioeconômicas estão entre os 5% melhores candidatos do Enem, somente um a cada 600 estudantes em situações sociais mais vulneráveis atingem um bom desempenho no exame. Nesse sentido, caso o governo federal se esforçasse com medidas concretas para promover o acesso à livros didáticos, professores qualificados, computadores e conexão estável de internet nas escolas, os indicadores educacionais de acesso à Educação Superior teriam um resultado mais significativo. De maneira geral, percebe-se um direcionamento meritocrático e displicente na educação, pois até mesmo a divulgação dos microdados das edições 2020 e 2021 foi atrasada em quatro meses e disponibilizada com restrições de informações, dificultando o cruzamento de dados e análises aprofundadas. Essa postura busca isentar-se de responsabilidade pelas desigualdades que aprofundam a elitização do Ensino Superior no Brasil, prejudicando não apenas a preparação acadêmica e cultural para fazer a melhor escolha de cursos e profissão.

DESENVOLVIMENTO

Com o objetivo de compreender o estado da arte sobre educação, desigualdade social e políticas públicas, o marco teórico de referência da presente pesquisa consiste em artigos de autores como BERNHEIM (2008), BONETTI (2007), BOURDIEU (2014; 1986), CATANI

(2008), CHAÚÍ (2008), LIMA (2015), SILVEIRA (2013) e SOBRINHO (2008), publicados nas plataformas Scielo e Sucupira.

De maneira prática, os conceitos e métodos apreendidos a partir da base teórica utilizada foram utilizados como métodos de análise de pesquisas recentes, realizadas em 2020 e 2021. Esses levantamentos trazem dados essenciais a respeito da taxa de acesso a dispositivos eletrônicos e parâmetros de mensuração da desigualdade socioeconômica entre os estudantes brasileiros.

Dessa forma, a análise dos dados obtidos em levantamentos recentes do Datafolha, Banco Mundial, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério da Educação (MEC), Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) e Fundação Lemann. Nesse sentido, a análise dos dados presentes na pesquisa parte da visão de Bourdieu (1986):

A realidade social é adequada para duas leituras distintas: de um lado, aquelas que se armam de um uso objetivista da estatística para estabelecer distribuições [...]; e, por outro lado, aqueles que se esforçam para decifrar significados e descobrir as operações cognitivas por meio das quais os agentes os produzem e decifram (BOURDIEU, 1986, p. 151)

Pesquisar e compreender a influência das desigualdades sociais no acesso de estudantes de escolas públicas e privadas ao Ensino Superior por meio do Enem faz parte da contribuição científica de revelar um imbróglgio latente na sociedade brasileira: o avanço da elitização do Ensino Superior no país. Esse processo é um exemplo muito pertinente no Brasil do que Bourdieu (1986) caracteriza como símbolo de distinção social.

O símbolo de distinção, arbitrário como o signo linguístico, recebe as determinações que o fazem parecer necessário na consciência dos agentes apenas a partir de sua inserção nas relações de oposição constitutivas do sistema de marcas distintivas que é próprio de uma dada formação social. (BOURDIEU, 1986, p.160)

Além disso, a elitização do Ensino Superior contradiz diretamente um direito fundamental de todos os cidadãos brasileiros, assegurado tanto pela Constituição Federal (artigo 227, CF/88) quanto pelo o Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 4º da Lei 8.069/90): o acesso à uma educação de qualidade, responsável tanto para a formação cidadã quanto para a qualificação de todos os brasileiros ao trabalho.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Ainda, Silveira (2013) aponta uma particularidade do pensamento moderno, que agrava as desigualdades no Brasil: o mérito como ‘elemento estruturante das práticas de corte social [...]’ (2013, p.42). Segundo a autora, “a meritocracia engendra relações sociais, o que se aprofunda na cultura da competição estimulada socialmente nos processos educativos e na difusão de valores. Daí sua relação com a concepção darwinista da sociedade” (2012, p.42).

Por isso, Silveira (2013, p.42) afirma que o conceito de meritocracia é ideologicamente alinhado ao capitalismo, “particularmente na justificação da desigualdade e valorização da diferença” (2013, p.42). Nesse contexto, BERNHEIM e CHAUI (2008) ressaltam que a elitização do Ensino Superior também pode trazer diversos problemas para o desenvolvimento econômico do país, devido à falta de profissionais academicamente qualificados.

[...] sem uma educação superior adequada e instituições de pesquisa que formem massa crítica de pessoas qualificadas e cultas, nenhum país pode garantir genuíno desenvolvimento endógeno e sustentável e, em particular, os países em desenvolvimento e os países de menor desenvolvimento relativo não poderão reduzir o hiato que os separa dos países desenvolvidos industrializados (BERNHEIM; CHAUI, 2008, p. 16).

No Brasil, o principal meio de ingresso dos estudantes ao Ensino Superior é o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), sejam eles pertencentes à escolas públicas ou privadas ou às famílias de alta ou de baixa renda. Após sua reformulação em 2009, o Enem foi reconhecido como avaliação de ingresso para o Ensino Superior por praticamente todas as universidades do Brasil, permitindo aos estudantes utilizarem suas notas para pleitearem vagas em instituições públicas e privadas por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e do Programa Universidade para Todos (Prouni), respectivamente.

Para Sobrinho (2008), o reconhecimento do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e dos demais testes de ingresso ao ensino superior depende do cumprimento de um aspecto social essencial, que é “[...] pôr em questão - isto é, refletir sobre - os sentidos e os valores do cumprimento do mandato social da educação que os atores, os segmentos institucionais, as

instituições e o próprio sistema, conforme os casos, estão desempenhando" (SOBRINHO, 2008, p.198).

Do ponto de vista individual, Catani (2008, p.28) afirma que "a avaliação adequadamente conduzida deve ser uma abordagem diagnóstica do desempenho do aluno, levantando aspectos positivos e negativos sempre com vistas à reorientação das ações de estudo e aprendizagem".

A prática avaliativa, para além de sua condição de uma prática técnica e simbólica, é, sobretudo, um exercício de relacionamento de cunho político, cuja medida básica é a justiça. Tem-se alegado que o ato de avaliação seria um ato de amor. Mas, talvez, o mais apropriado seria afirmar que ela é um ato de justiça, ou seja, que ele não se deixasse marcar nem por atitudes de dominação ou de protecionismo. A avaliação deve ser conduzida sem ser ela mesma um ato de dominação, que oprimisse o sujeito, ou um ato de proteção, que desqualifica a dignidade do educando e desrespeita o direito de terceiros, inviabilizando a cidadania como dimensão coletiva. (CATANI, 2008, pág.30)

A democratização do acesso à universidade passa pela análise das condições de competição entre os milhões de candidatos que participam do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), pois é preciso um equilíbrio na disputa para que boas notas no exame dependam apenas da dedicação pessoal dos candidatos aos estudos, e não de questões socioeconômicas como insegurança alimentar, baixa renda e dificuldade de acesso à internet.

A investigação de fatores que possam estar ou não associados ao desempenho dos alunos é uma tentativa de melhor compreender a dinâmica do funcionamento do sistema de ensino [...] e, conseqüentemente, o que pode favorecer a aprendizagem do aluno. (LIMA, 2015, pág.15)

Dessa forma, as políticas públicas são, nesse sentido, estratégias de reconhecimento e remediação da segregação de determinadas classes sociais, provocada pelas práticas das classes dominantes. Bonetti (2007) explica que as políticas públicas tiram o domínio das classes dominantes (ou criadoras) sobre suas criações - no caso, as práticas sociais -, ao instituírem medidas sociais que legitimam a história de povos invisibilizados e asseguram-lhes o direito à reparação histórica.

Por isso, quando se trata de democratizar o acesso ao ensino superior, é imprescindível que o Estado reconheça, por exemplo, as nove gerações que jovens brasileiros nascidas entre os 20% mais pobres levam para atingir a renda média do país e invista em programas de

financiamento estudantil, a fim de inserir esses jovens em um contexto de formação superior capaz de triplicar a renda mensal deles. Segundo o Instituto Semesp, a remuneração de profissionais com ensino superior completo corresponde ao triplo do salário de quem tem apenas o ensino médio: enquanto os primeiros ganham, em média, R\$ 6.324, os últimos ganham R\$ 2.332 por mês.

Portanto, a revisão de literatura possibilitou a compreensão de que inserir o maior número de jovens nas universidades não se trata de apenas democratizar o ensino superior: o amplo acesso à educação superior é essencial para aumentar o nível de qualificação dos profissionais brasileiros e, conseqüentemente, aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) e reaquecer o mercado de trabalho para a retomada econômica pós pandemia.

A análise de dados secundários, por sua vez, evidenciou o atual panorama da educação no Ensino Médio brasileiro. Diante da suspensão das aulas presenciais devido à pandemia da Covid-19, a peça publicitária do Ministério da Educação sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), lançada em maio de 2020, disse “a vida não pode parar”. Esse slogan foi utilizado como incentivo para que os participantes estudassem em qualquer lugar e de diferentes formas, seja através da internet ou de livros didáticos. No entanto, essa possibilidade é inviável para os estudantes de aproximadamente 17% dos lares do Brasil, os quais, de acordo com a pesquisa Tic Domicílios 2020, não possuem acesso à internet.

Antes mesmo da crise econômica provocada pela pandemia, a pesquisa Tic Domicílios (2020) também revelou uma desigualdade preocupante: mais de 99% dos estudantes com renda familiar de três a dez salários-mínimos acessavam a internet, enquanto apenas 68% dos demais, com renda até um salário-mínimo, possuíam conexão em seus domicílios.

A desigualdade no acesso às aulas remotas foi, inclusive, os fatores que aumentaram a taxa de evasão escolar em 2021 em 56%, pois diversos jovens trancaram ou cancelaram suas matrículas depois do início da pandemia.

Segundo o relatório ‘Juventudes e Pandemia’ (2021), elaborado pelo Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), a dificuldade de acesso e a desmotivação com as aulas remotas foram os fatores que mais afastaram os estudantes mais jovens das escolas, enquanto os mais velhos saíram da escola por problemas financeiros e pela necessidade de trabalhar durante o horário das aulas.

Nesse sentido, a desigualdade digital não se expressa apenas na dificuldade de acesso a dispositivos eletrônicos, mas também na dificuldade de conexão com a internet, seja pela

ausência ou pela existência de uma banda larga deficitária para realizar reuniões, assistir e participar das aulas ao vivo, utilizando recursos como microfone e câmera.

O relatório ‘Juventudes e Pandemia’ (2021), elaborado pelo Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) revelou que o acesso à internet é extremamente desigual entre as regiões e a renda das famílias. Enquanto a média geral mostra que 83% têm banda larga em casa, apenas 64% das casas com menor renda acessam a internet. Regionalmente, o Nordeste tem 79% de famílias com acesso à banda larga contra 84% da região Sul.

Nesse contexto, uma alternativa para os estudantes com menor renda e que não evadiram da escola foi recorrer aos computadores das próprias instituições de ensino para estudar. Porém, o principal problema foi a estabilidade da rede de internet e a qualidade da conexão. Dados do Censo Escolar 2020 constataram que 25% das escolas públicas – tanto municipais quanto estaduais – não têm acesso à internet. Porém, mais de 80% das escolas estaduais disponibilizam internet banda larga para os estudantes do ensino médio, e 79,3% oferecem computadores de mesa.

Embora a maioria das escolas públicas estaduais tenha a infraestrutura necessária para que os estudantes acessem a internet, um levantamento da Fundação Lemann e do Medidor SIMET apenas 4% delas têm velocidade de conexão adequada, em padrão internacional, para oferecer aulas on-line sem interrupções ou quedas de rede (referência de 1mbps por estudante e dados do Medidor Educação Conectada em 31/07/2021).

Apesar do uso de computadores ter se tornado rotina nos sistemas de ensino remoto ou híbrido após um ano de pandemia, a edição de 2021 da mesma pesquisa da Tic Domicílios revelou que as desigualdades econômicas persistiram: entre 2020 e 2021, 86% dos gestores e professores entrevistados apontaram dificuldades com a falta de dispositivos e acesso à internet nos domicílios dos estudantes, tanto em colégios públicos quanto particulares.

De acordo com o estudo “Enfrentamento da Cultura do Fracasso Escolar” do Unicef, elaborado com dados coletados em outubro de 2020, a evasão escolar em estados da região Norte foi quatro vezes maior do que a média nacional em 2020, a qual foi de de 3,8% (o que representa 1,38 milhão de alunos).

Nesse sentido, todos os estados da região Norte registraram taxas de evasão escolar acima de 10%, exceto Tocantins (5%), Pará (4%) e Rondônia (3%). O estado que registrou a taxa mais preocupante foi Roraima, com 15% de abandono escolar entre crianças e adolescentes de 6 a 17 anos, seguido do Amapá (12%), Acre (10%) e Amazonas (9%).

Já o Nordeste foi a segunda região com o maior número de crianças e adolescentes que desistiram dos estudos após o início da pandemia. Os estados que atingiram uma taxa de evasão escolar acima da média nacional (3,8%) em 2020 foram Alagoas (com 6% de evasão), Ceará (4%), Rio Grande do Norte (4%), Paraíba (4%), Maranhão (4%), Pernambuco (4%), com exceção da Bahia, Piauí e Sergipe (com 3% de evasão).

Comparativamente, os estados com menores taxas de abandono escolar (entre 3% e 2%) foram Minas Gerais, Sergipe, Piauí, Bahia, Goiás, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, pertencentes majoritariamente às regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, com exceção de Sergipe, Piauí e Bahia.

Nas regiões Norte e Nordeste, a maioria dos estudantes mais velhos pertencentes às classes C, D e E abandonaram os estudos pela necessidade de trabalhar e complementar a renda mensal da família durante a pandemia, devido ao aumento das taxas de desemprego em todos os setores da economia.

No auge da pandemia, por volta de julho de 2020, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Educação, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que quatro em cada dez jovens brasileiros de 14 a 29 anos não completaram o ensino médio - cerca de 10,1 milhões.

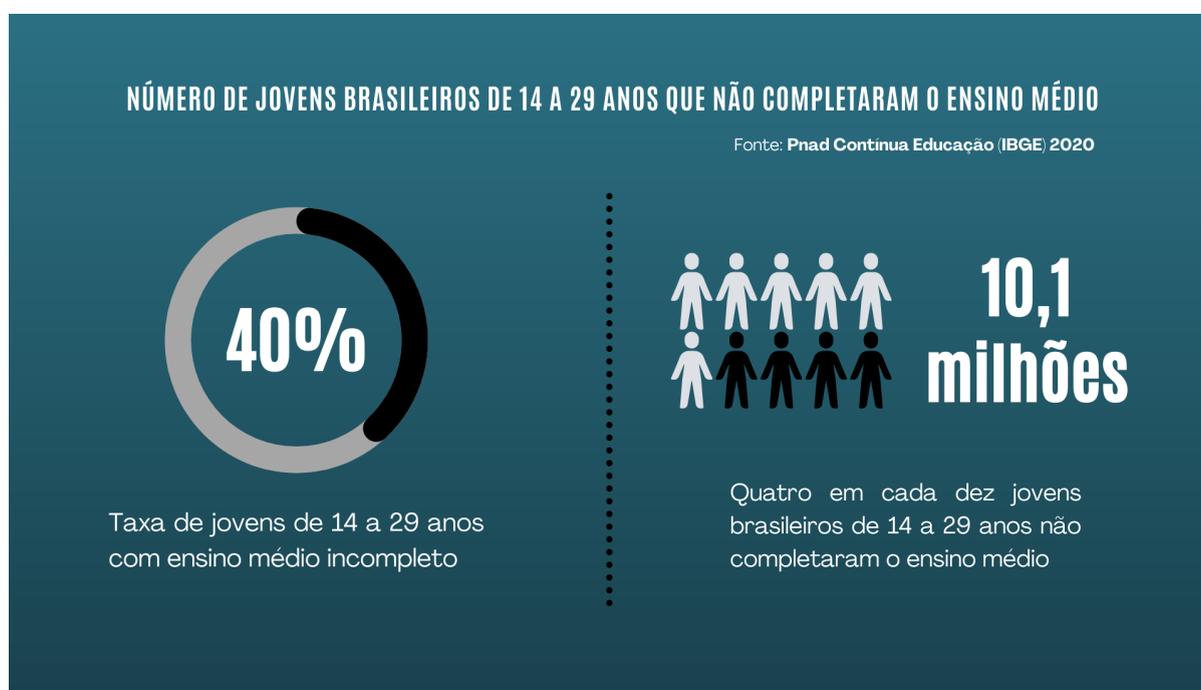


Tabela 1 - Número de jovens brasileiros de 14 a 29 anos que não completaram o ensino médio - Fonte: a autora

Desses, 58,3% são homens e 71,7% são pretos e pardos. Para as mulheres, os principais motivos para a evasão escolar são desinteresse com os estudos (24,1%), gestações indesejadas (23,8%) e precisar cuidar de pessoas ou de tarefas domésticas (11,5%).

Nesse sentido, um levantamento complementar da Plataforma Juventude, Educação e Trabalho mostrou que o problema da evasão escolar por necessidade de trabalhar persistiu um ano depois da pandemia. De acordo com a Pnad Contínua Educação, 39,1% dos jovens brasileiros evadiram a escola para trabalhar em 2021, seja por pressão dos pais ou iniciativa própria.

Os outros dois fatores que motivaram a evasão escolar foram a falta de interesse em seguir com os estudos para 29,2% dos jovens, e gestações indesejadas para 9,9%. Na região Norte, 12,7% das mulheres abandonaram a escola devido à gravidez, enquanto apenas 6,4% das meninas na região Sul fizeram o mesmo.

A prevalência de evasão escolar foi maior entre os jovens com mais de 16 anos de idade e que deveriam estar no ensino médio, entre 15,8% e 18%. O abandono ainda no ensino fundamental, classificado como evasão precoce pelo IBGE (2021), foi de 8,5% até os 13 anos e de 8,1% aos 14 anos. Regionalmente, as regiões com maior abandono escolar precoce foram Norte (9,7%), Nordeste (9,0%) e Sudeste (8,7%).

Porém, aos 15 anos, a taxa de evasão sobe para 14,1%; aos 16, para 17,7%; aos 19 anos ou mais, a situação fica ainda pior: 18% dos jovens desistem da formação básica. Portanto, o ensino médio é a etapa escolar com maior defasagem de alunos devido à evasão escolar, o que prejudica a preparação dos jovens para o Enem.

O abandono escolar no início do ensino médio, aos 15 anos, é expressivo nas regiões Sul (16,3%), Sudeste (14,9%) e Nordeste (13,9%). Entre 16 e 18 anos, Norte e Nordeste exibiram percentuais de abandono entre 14,0% e 16,4%, saltando para 26,6% e 22,2% aos 19 anos ou mais, respectivamente.

Nesse sentido, o IBGE (2021) constatou que o atraso ou abandono escolar atinge 12,5% das crianças e adolescentes de 11 a 14 anos e 28,6% dos adolescentes de 15 a 17 anos. Já entre os jovens de 18 a 24 anos, quase 75% estavam atrasados ou abandonaram os estudos em 2020, sendo que 11% estavam atrasados e 63,5% não tinham concluído o ensino obrigatório.

GENÁRIO DO ABANDONO ESCOLAR NO BRASIL

Fonte: Pnad Contínua Educação (IBGE) 2020

Taxa nacional de atraso ou abandono escolar

12.5%

Entre 11 e 14 anos - Ensino Fundamental

28.6%

Entre 15 e 17 anos - Ensino Médio

Taxa de atraso ou abandono dos estudos entre jovens de 18 a 24 anos

63.5%

Abandono do ensino básico

11%

Atraso nos estudos

Taxa de jovens de 18 a 24 anos que estavam atrasados ou abandonaram os estudos em 2020

75%

Tabela 2 - Cenário do abandono escolar no Brasil - Fonte: a autora

Dessa forma, as pesquisas disponibilizadas já nos permitem inferir informações que convergem com o resultado de pesquisa, que consiste em analisar de que forma a desigualdade social e o ensino remoto na pandemia prejudicaram a preparação dos estudantes para o Enem, principal exame de ingresso às universidades no Brasil.

Uma das maiores e mais fidedignas fontes de informação sobre as desigualdades no acesso ao Ensino Superior no Brasil é a principal porta de entrada para universidades públicas e privadas no país, isto é, o Enem. No entanto, defender a meritocracia no Brasil, tal qual a peça publicitária do Enem 2020 fez, é uma perspectiva completamente distante da realidade.

A qualidade de ensino precária nas escolas públicas brasileiras já era apontada como um problema antes da pandemia, pois foi constatada precisamente pelo Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) em 2018. Segundo a pesquisa, 68,1% dos estudantes brasileiros concluem o Ensino Médio abaixo do nível básico de matemática, 55% deles com conhecimentos deficitários em ciências e 50% com capacidade de leitura aquém do esperado para os parâmetros do Pisa. Essa realidade torna-se ainda mais grave entre os estudantes de baixa renda: um em cada dez estudantes pobres acreditam que não vão concluir o ensino superior; já no caso dos mais ricos, a média é de um em cada 25 (Pisa 2018).

Além disso, o Pisa também constatou, estatisticamente, a desigualdade no acesso à tecnologias no Brasil. Enquanto os países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) têm, em média, praticamente um computador para cada estudante de 15 anos, o Brasil tem apenas um computador para cada quatro estudantes nas escolas.

De acordo com o Pisa, o contexto socioeconômico das famílias é um dos principais condicionantes para o desempenho escolar dos estudantes. A última edição da prova concluiu que “crianças e jovens cujos pais possuem menor escolaridade, menor nível de renda, são desempregados ou possuem ocupações de baixo prestígio econômico e social são mais propensas a apresentarem piores resultados educacionais, como o aprendizado em sala de aula” (PISA 2018, p.49).

Mesmo com 7,6 milhões de estudantes matriculados no Ensino Médio (de acordo com o Censo Escolar 2020), o Enem 2020 atingiu o maior índice de abstenção desde 2009. A taxa de estudantes que não compareceram ao exame, mesmo com a inscrição realizada, foi de 51,5% e 55,33% no primeiro e no segundo dias de prova, respectivamente.

A redação foi a parte do exame com maior média geral, equivalente a 588,74 pontos. Em um total de 2.723.583 redações corrigidas, 28 participantes obtiveram nota máxima (1000) e 87.567 inscritos zeraram, sendo redação em branco o motivo com maior percentual (1,12%), seguido de fuga ao tema (0,93%) e cópia do texto motivador (0,46%).

Entre as provas objetivas, a que teve maior média geral foi a de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, com 523,98. Matemática e suas Tecnologias ficou com a média geral em 520, 73, seguida de Ciências humanas e suas Tecnologias, com 511,64, e Ciências da Natureza e suas Tecnologias, com 490,39.

Se o MEC ou o INEP dispõem de projeções mais animadoras para a educação brasileira, há muito findou-se a tolerância do tempo: faz-se necessário expô-las com urgência. No entanto, os microdados das edições 2020 e 2021 do Enem revelam profundas discrepâncias financeiras e sociais na educação, as quais poderiam ter sido amenizadas caso houvesse a realização frequente de levantamentos como o Censo e Censo Escolar, Pnad Contínua Educação e Pisa (cancelado em 2021 por conta do cenário pandêmico mundial).

Além disso, a inércia do INEP na divulgação dos microdados do Enem 2020, com mais de quatro meses de atraso, já configurou, indubitavelmente, um indício da ausência de

contra-argumentos válidos para rebater o pessimista cenário da educação brasileira no período pós pandemia.

Esses dados oficiais permaneceram convenientemente em sigilo por mais de 120 dias, através da sutileza da omissão governamental. Além disso, os dados da edição de 2020 foram disponibilizados sem escola e município dos participantes e, ainda, foram retiradas do site todas as edições do Censo da Educação Básica e do Enem e da Educação Superior. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a alteração visa a atender a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), suprimindo a possibilidade de identificação de pessoas.

Após a adequação às normas da LGPD, os microdados das edições 2020 e 2021 mostram o total de matrículas de cada escola segundo raça, faixa etária e outros aspectos. Porém, não disponibilizam tabelas nas quais cada aluno é detalhado em cada linha, impossibilitando recortes específicos e análises mais aprofundadas.

Um exemplo é que, atualmente, é impossível cruzar os dados para descobrir se a distorção idade-série (índice que mede o atraso de um estudante em relação à série em que ele deveria estar naquela idade) afeta os alunos e alunas de maneira desigual; buscando, por exemplo, se a idade média dos estudantes negros de uma escola é mais alta do que a de estudantes brancos na mesma escola ou município.

Outra análise impossibilitada pelo formato dos microdados das edições 2020 e 2021 do Enem é o estudo sobre a desigualdade de acesso à escolas de qualidade por raça/cor, por exemplo, pois o novo modelo não descreve o código de identificação da escola, os municípios de nascimento e de residência do participante e informações sobre os pedidos de atendimento especializado, específico e de recursos para atendimento especializado.

Embora o Inep afirme que os dados omitidos permanecem disponíveis aos pesquisadores através do Serviço de Acesso a Dados Protegidos (Sedap), que possibilita solicitar acesso a bases restritas da entidade, o sistema é burocrático e pode negar ao profissional acesso a dados importantes, o que seria facilitado pela divulgação total dos microdados tanto ao público quanto aos pesquisadores no portal do Inep.

Nesse sentido, sem dados sobre os 55% de inscritos faltantes no Enem 2020, nos falta clareza para manejar e direcionar políticas públicas eficazes para que os estudantes prejudicados tenham não apenas o direito de participar do Enem, como também de competir em condições mais equiparáveis a de estudantes de escolas privadas.

Outro retrato dos impactos do ensino remoto e da desigualdade social no Ensino Superior brasileiro se expressa nos números do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) 2022, que teve uma taxa de inscritos 15,6% menor do que a registrada na seleção para o primeiro semestre de 2021. A queda de inscritos no Sisu é uma consequência do baixo número de participantes no Enem 2021, que registrou o menor número de inscrições desde 2005.

A redução no número de inscritos no Sisu prejudica não apenas o futuro acadêmico dos jovens brasileiros, mas a sustentabilidade financeira das universidades, que recebem verbas do governo federal de acordo com o preenchimento das vagas disponíveis. Com menos jovens nas universidades, a situação financeira das instituições federais e estaduais fica ainda pior, somada ao corte de 96% no investimento governamental em cinco anos.

Além disso, a política educacional do governo de Jair Bolsonaro de investir nos institutos federais e na formação técnica para a maioria dos brasileiros atende apenas um dos três quesitos para a educação de qualidade: a qualificação para o trabalho. O ministro justificou suas visões tecnicista da educação básica e elitista do Ensino Superior com a seguinte declaração: "Tem muito engenheiro ou advogado dirigindo Uber porque não consegue colocação devida". Se fosse um técnico de informática conseguiria emprego, porque tem uma demanda muito grande".

No entanto, uma pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgada em fevereiro de 2020, constatou que cinco em cada dez indústrias brasileiras têm dificuldade de contratar empregados em virtude da falta de qualificação dos candidatos. Embora a maioria dos empresários pretenda investir na qualificação de seus trabalhadores, 88% deles enfrentam dificuldades para fazer isso. Segundo 53% dos empresários entrevistados pela pesquisa da CNI (2020), o principal obstáculo para investir na formação superior e na profissionalização dos funcionários é a má qualidade da educação básica.

Dois anos depois, o problema da falta de qualificação persiste no Brasil: uma pesquisa realizada pelo ManpowerGroup constatou que a falta de mão de obra qualificada no Brasil atingiu a marca de 81% em 2022, superando em 5% a média global (75%). A qualificação, nesse sentido, não se refere apenas à formação e execução de atividade, mas comportamentos humanos que podem fazer a diferença, chamadas de *soft skills*. As principais habilidades incluem comunicação, gestão do tempo, solução de problemas, flexibilidade, adaptabilidade, lidar com pressão, trabalho em equipe, autoconfiança, receptividade para críticas e feedbacks e atitude positiva.

Outro aspecto preocupante nas estatísticas apresentadas na presente pesquisa é a prevalência de desigualdades de gênero até mesmo nas razões que levam os jovens brasileiros a evadirem a escola. No auge da pandemia, por volta de julho de 2020, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua Educação, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que quatro em cada dez jovens brasileiros de 14 a 29 anos não completaram o ensino médio - cerca de 10,1 milhões.

Desses, 58,3% são homens. Para as mulheres, os principais motivos para a evasão escolar são desinteresse com os estudos (24,1%), gestações indesejadas (23,8%) e precisar cuidar de pessoas ou de tarefas domésticas (11,5%). Esses dados revelam como os estereótipos de gênero prevalecem na sociedade, considerando o homem como "provedor" e "trabalhador" e a mulher como responsável pelos afazeres domésticos e o ato de cuidar de pessoas.

Um levantamento da consultoria IDados, realizado no primeiro trimestre de 2020, revelou que 40% dos brasileiros graduados entre 22 e 25 anos (525,2 mil pessoas) exercem ocupações que não exigem Ensino Superior. A pandemia, portanto, foi mais um agravante para a desaceleração da economia brasileira, que já passava por dificuldades desde 2015.

Com sucessivos anos de baixo crescimento do PIB, o número de vagas de trabalho compatíveis com a formação superior tornou-se insuficiente para o número de jovens diplomados. Portanto, ampliar a taxa de jovens ingressantes e concluintes de cursos superiores não foi o problema para o aumento de diplomados exercendo empregos de baixa qualificação: a razão para isso foi o fato de a retração nacional da economia brasileira coincidir com o período de inserção desses jovens no mercado de trabalho, problema que ainda persiste atualmente.

Em valores absolutos, comparando a transição do quarto trimestre de 2014 com o primeiro trimestre de 2015, com a transição do quarto trimestre de 2018 para o primeiro trimestre de 2019, a população de jovens que transitou da ocupação para o desemprego aumentou em 187 mil; a de jovens fora da PEA que transitaram para o desemprego, em 378 mil; e a de desempregados que se mantiveram nesse estado, em 1,17 milhão. Portanto, o fluxo mais importante para explicar o aumento no desemprego é o de permanência na condição de desempregado. (IPEA, 2020, p.15)

Dessa forma, o direcionamento tecnicista do governo na educação prejudicará não apenas a oportunidade de escolha acadêmica e profissional dos jovens neste anos e nas próximas décadas, mas também irá, segundo Sobrinho (2008), reduzir a capacidade do

Estado de garantir a proteção jurídica da esfera privada e da democracia, enfraquecendo, assim, o princípio democrático-republicano da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos dados obtidos como resultados da presente pesquisa, é possível compreender que o aumento da evasão escolar e a diminuição no número de inscritos nas edições 2020 e 2021 do Enem e no Sisu são consequências diretas as diferenças nas condições de acesso a equipamentos eletrônicos e conexão de internet e das desigualdades sociais persistentes conforme a renda e a região dos estudantes.

Dessa forma, a queda no número de inscritos no Enem e no Sisu pode ser apontada como consequência de uma política de esvaziamento do Ensino Superior, a fim de reduzir o interesse em políticas públicas voltadas à educação. Essa política se revela na inércia do INEP em relação à divulgação dos microdados do Enem 2020, os quais permaneceram convenientemente em sigilo por mais de 120 dias, através da sutileza da omissão governamental. Apenas essa atitude configura, indubitavelmente, um indício da ausência de contra-argumentos válidos para rebater o pessimista cenário da educação brasileira no período pós pandemia.

Além disso, após a adequação às normas da LGPD, os microdados das edições 2020 e 2021 não disponibilizam tabelas nas quais cada aluno é detalhado em cada linha, impossibilitando recortes específicos, cruzamento de dados e análises mais aprofundadas sobre a prevalência da distorção idade-série e os índices de desigualdade de acesso à escolas de qualidade por raça/cor.

Para remediar os prejuízos no acesso à Educação Superior, as políticas públicas são estratégias de reconhecimento e remediação da segregação de determinadas classes sociais, provocada pelas práticas das classes dominantes. Por isso, Bonetti (2007) explica que as políticas públicas tiram o domínio das classes dominantes (ou criadoras) sobre suas criações - no caso, as práticas sociais -, ao instituírem medidas sociais que legitimam a história de povos invisibilizados e asseguram-lhes o direito à reparação histórica.

Mesmo sendo a desaceleração da economia e não a ampliação do acesso ao ensino superior o principal fator para o aumento de brasileiros graduados exercendo ocupações que não exigem Ensino Superior, a "solução" do governo Bolsonaro para conter o aumento de

diplomados exercendo empregos de baixa qualificação foi reduzir a oferta do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) quase pela metade a partir de 2021, reduzindo o número de 100 mil para 54 mil vagas e mantendo essa oferta em 2022.

Para Silveira (2013), essa medida é um dos efeitos negativos da multiplicação de diplomados em um mercado de trabalho ‘perversamente seletivo’, o que leva à banalização da formação superior. “Por que se submeter às regras do espaço acadêmico se é possível acessar postos com o mesmo grau de valorização ou obter facilidades no acesso [ao ensino] precarizado?” (SILVEIRA, 2013, p.60).

Nesse sentido, o direcionamento tecnicista e meritocrático do governo do presidente Jair Bolsonaro na educação busca isentar-se de responsabilidade pelas desigualdades que aprofundam a elitização do Ensino Superior no Brasil, prejudicando a preparação acadêmica e cultural para fazer a melhor escolha de cursos e profissão.

Com o objetivo de reduzir os impactos da evasão escolar, o próprio MEC lançou, em março de 2022, o programa Brasil na Escola. A ideia é que as medidas de apoio técnico e financeiro às escolas e incentivo à inovação beneficiem um milhão de estudantes em cinco mil escolas do país, combatendo a evasão nos anos finais do ensino médio e entre o 6º e 9º ano. Porém, essa medida é ineficaz diante das desigualdades crônicas que persistem entre os estudantes brasileiros desde antes da pandemia, sobretudo nos critérios de renda e regionalidade.

Quando se trata de democratizar o acesso ao ensino superior, é imprescindível que o Estado reconheça, por exemplo, as nove gerações que jovens brasileiros nascidas entre os 20% mais pobres levam para atingir a renda média do país, segundo estimativa do Banco Mundial (2020). É preciso investir em programas de financiamento estudantil, a fim de inserir esses jovens em um contexto de formação superior capaz de triplicar a renda mensal deles, um dos efeitos da formação universitária apontados por pesquisa do Instituto Semesp (2021).

Dessa forma, constatou-se que a desigualdade social e o ensino remoto na pandemia realmente prejudicaram a preparação dos estudantes para o Enem. As consequências foram um computador para cada quatro estudantes no Brasil (Pisa 2020) e o acesso à uma conexão de internet abaixo do padrão internacional (recomendado para assistir e interagir durante as aulas remotas sem quedas de rede, segundo pesquisa de 2021 da Fundação Lemann).

Com isso, o impacto se mostra no desempenho dos estudantes nas edições 2020 e 2021 do Enem, os quais perderam, em média, 90 pontos na redação devido à falta de acesso a

computadores ou conexão adequada de internet durante a preparação para o exame, de acordo com levantamento da UOL Educação.

O resultado é que, enquanto um a cada quatro estudantes com melhores condições socioeconômicas estão entre os 5% melhores candidatos do Enem, somente um a cada 600 estudantes em situações sociais mais vulneráveis atingem um bom desempenho no exame.

Essa diferença de pontos pode custar uma vaga no Sisu ou no Fies para diversos candidatos, relegando os jovens brasileiros a uma formação básica e incompatível com uma perspectiva de desenvolvimento endógeno e sustentável do Brasil, que permanece como um país em desenvolvimento por investir pouco na qualificação dos jovens brasileiros e, dessa forma, ampliar o hiato que o separa dos países desenvolvidos industrializados.

De maneira geral, percebe-se um direcionamento meritocrático na educação, que busca isentar-se de responsabilidade pelas desigualdades que aprofundam a elitização do Ensino Superior no Brasil, prejudicando a preparação acadêmica e cultural para fazer a melhor escolha de cursos e profissão.

Nesse sentido, o amplo acesso à educação superior depende de medidas práticas, capazes de promover a melhoria da qualidade de ensino, democratização do acesso a dispositivos eletrônicos e conexão estável de internet, redução da evasão escolar e fortalecimento das políticas sociais e suas contrapartidas com a educação e a saúde.

Por fim, o campo de estudo sobre a educação despertou, na pesquisadora, a vontade de prosseguir com investigações científicas que promovam o enlace entre Comunicação e Educação, tanto em um projeto de conclusão de curso quanto em um mestrado.

O sentimento e o interesse pela área foi estimulado pelo entendimento de que a Comunicação e o Jornalismo desempenham papéis essenciais para buscar, selecionar e checar dados importantes para compreender as deficiências e potencialidades do cenário educacional brasileiro, contribuindo para disseminar uma visão crítica da realidade e criar reflexões para a elaboração de políticas públicas capazes de promover, de maneira concreta, a democratização do acesso e da permanência dos jovens brasileiros nas universidades, contribuindo para o aumento da mão de obra qualificada e a retomada econômica do país no período pós pandemia e no futuro.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Falta de trabalhador qualificado afeta metade das indústrias no país**. Istoé Dinheiro, 2020. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/falta-de-trabalhador-qualificado-afeta-metade-das-industrias-no-pais/>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

Agência Educa Mais Brasil. **Total de jovens em idade escolar sem estudar no Brasil enche 69 estádios no Morumbi**. Portal R7. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/educacao/total-de-jovens-em-idade-escolar-sem-estudar-no-brasil-enche-69-estadios-do-morumbi-10112021>>. Acesso em: 21 jul. 2022.

BERNHEIM, Carlos Tünnermann; CHAUI, Marilena de Souza. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior. Brasília: UNESCO, 2008

BONETTI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí (RS): Unijuí, 2007. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20171002015938/Politicass_publicas_por_dentro.pdf>. Acesso em 18 out. 2021.

BORGES, Rodolfo. **Mais pobres podem levar até 9 gerações para atingir renda média no Brasil**. El País, 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/15/economia/1529048970_395169.html#:~:text=Uma%20fam%C3%ADlia%20brasileira%20pode%20levar,e%20Desenvolvimento%20Econ%C3%B4mico%20\(OCDE\).](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/15/economia/1529048970_395169.html#:~:text=Uma%20fam%C3%ADlia%20brasileira%20pode%20levar,e%20Desenvolvimento%20Econ%C3%B4mico%20(OCDE).>)>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Capital simbólico e classes sociais, por Pierre Bourdieu**. Nota Antropológica, 1986. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3935267/mod_resource/content/1/Espa%C3%A7o%20social%20e%20poder%20simb%C3%B3lico.pdf>. Acesso em 17 out. 2021.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (Cetic.br). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros – TIC Domicílios 2019**. Disponível em: <<https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/domicilios/A4/>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE. **Juventudes e a Pandemia do Coronavírus**: Relatório Nacional. 2ª ed., maio 2021. Disponível em: <<https://atlasdasjuventudes.com.br/juventudes-e-a-pandemia-do-coronavirus/>>. Acesso em 16 set. 2021.

FERRARI, Matheus. **Pesquisa revela dados sobre tecnologias nas escolas**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/pesquisa-revela-dados-sobre-tecnologias-nas-escolas>>. Acesso em 16 set. 2021.

FOLHAPRESS. **Governo Bolsonaro reduz oferta do Fies quase pela metade a partir de 2021**. O Tempo, 2019. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/brasil/governo-bolsonaro-reduz-oferta-do-fies-quase-pela-metade-a-partir-de-2021-1.2279007>>. Acesso em 16 out. 2021.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Somente 3% das escolas têm internet em padrão internacional.** 2021. Disponível em: <<https://fundacaolemann.org.br/noticias/somente-3-das-escolas-tem-internet-em-padrao-internacional>>. Acesso em 16 set. 2021.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Datafolha: 40% dos alunos correm o risco de abandonar a escola.** 2021. Disponível em: <<https://fundacaolemann.org.br/noticias/datafolha-40-dos-alunos-correm-risco-de-abandonar-a-escola>>. Acesso em 16 set. 2021.

GARCIA, Amanda. **Escassez de mão de obra qualificada no Brasil atingiu 81% em 2022, diz pesquisa.** CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/business/escassez-de-mao-de-obra-qualificada-no-brasil-atingiu-81-em-2022-diz-pesquisa/#:~:text=A%20seguir,-Escassez%20de%20m%C3%A3o%20de%20obra%20qualificada%20no,81%25%20em%202022%2C%20diz%20pesquisa&text=Compartilhe%3A,m%C3%A9dia%20global%20%C3%A9%20de%2075%25>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Pisa 2018 revela baixo desempenho escolar em leitura, matemática e ciências no Brasil.** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/pisa-2018-revela-baixo-de-sempenho-escolar-em-leitura-matematica-e-ciencias-no-brasil/21206>. Acesso em: 20 abr. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização.** IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200707_ri_diagnostico_d_e_insercao_de_jovens.pdf>. Acesso em 18 out. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização.** IPEA, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200707_ri_diagnostico_d_e_insercao_de_jovens.pdf>. Acesso em 18 out. 2021.

LIMA, Bianca; GERBELLI, Luiz G. **No Brasil, 40% dos jovens com ensino superior não têm emprego qualificado.** GloboNews e G1, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/08/11/no-brasil-40percent-dos-jovens-com-ensino-superior-nao-tem-emprego-qualificado.ghtml>>. Acesso em 16 out 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Enem 2020 | Inscrições.** Youtube, 04 mai. 2020. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=apufjiGIIY0>>. Acesso em: 15 abr. 2021.

MORALES, Juliana. **Ministro da Educação diz que universidade deve ser para poucos.** Guia do Estudante, 2021. Disponível em: <<https://guiadoestudante.abril.com.br/noticia/ministro-da-educacao-diz-que-universidade-deve-ser-para-poucos/>>. Acesso em 17 out. 2021.

REDAÇÃO CNN. **Apenas 18,1% dos jovens de 18 a 24 anos estão matriculados no Ensino Superior.** CNN Brasil, 2021. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/apenas-18-1-dos-jovens-de-18-a-24-anos-estao-matriculados-no-ensino-superior/>>. Acesso em 16 out. 2021.

SALOMÃO, Mateus. Brasil sai mal em relatório do Pisa: sem acesso à internet e alto índice de repetência. Correio Braziliense, 2020. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2020/10/4879069-brasil-sai-mal-em-relatorio-do-pisa-sem-acesso-a-internet-e-alto-indice-de-repetencia.html>>. Acesso em: 22 jul. 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Da ideia de Universidade à Universidade de Ideias**. In: Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 27/28, jun. 1989. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Da_ideia_de_universidade_RCCS27-28.PDF>. Acesso em: 27 set. 2021.

SANTOS, Emily. **Sisu 2022 tem queda de 15,6% no número de inscritos em relação a 2021**. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/02/22/sisu-2022-tem-queda-de-15percent-no-numero-d-e-inscritos-em-relacao-a-2021.ghtml>>. Acesso em: 21 jul. 2022.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação educativa**: produção de sentidos com valor de formação. SciELO, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/aval/a/RbsQFJt9w7Xyqc9gpjrXYFg/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em 16 set. 2021.

TOLEDO, Luiz Fernando; ARRUDA, Mílibi; PRATA, Pedro. **No Enem, 1 em cada 4 alunos de classe média triunfa. Pobres são 1 a cada 600**. Estadão, 2019. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/infograficos/educacao,no-enem-1-a-cada-4-alunos-de-classe-media-triunfa-pobres-sao-1-a-cada-600,953041>>. Acesso: 19 abr. 2021.

WOLKE, Verene. **Cinco em cada dez indústrias enfrentam a falta de trabalhador qualificado**. Agência de Notícias CNI, 2020. Disponível em: <<https://noticias.portaldaindustria.com.br/noticias/competitividade/industrias-enfrentam-falta-de-trabalhador-qualificado/>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

_____. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.